

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.389 - SP (2019/0260263-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : RENASCER FOTO VIDEO PROMOCOES EIRELI - ME
EMBARGANTE : SEVERINA LEITE CAVALCANTI DE MENEZES
ADVOGADOS : RAFAEL DI JORGE SILVA - SP250266
LAIANE FERREIRA CAVALCANTE - SP409851
CAROLINE ANTUNES PINTO - SP407874
CAMILA MACEDO DA SILVA - SP417565
EMBARGADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
SANDRA LARA CASTRO - SP195467
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
ERIKA CHIARATTI MUNHOZ MOYA - SP132648
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568
PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - DF060517

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por RENASCER FOTO VÍDEO PROMOÇÕES EIRELI-ME contra decisão que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a embargante sustenta a existência de omissão e contradição pois "*vossa excelência não se manifestou quanto à violação aos arts. 394 e 396 do CPC (sic), visto que inexistente mora por parte do recorrente*" e que "*tendo em vista que as práticas abusivas é que geraram o inadimplemento, é necessário afastar os encargos moratórios, ou seja, multa contratual e juros moratórios (...) é o que se requer*". (fls. 251)

Requer o provimento dos embargos de declaração e a reforma da decisão agravada. (fls. 252)

A parte agravada apresentou impugnação às fls. 257/269.

É o relatório.

Os embargos de declaração tem como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir

erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Na hipótese, não se verifica a alegada omissão no julgado, pois, no tocante à alegada violação aos dispositivos legais apontados no recurso especial, a decisão embargada consignou:

"Consoante entendimento desta Corte, "A cédula de crédito bancário, mesmo quando o valor nela expresso seja oriundo de saldo devedor em contrato de abertura de crédito em conta corrente, tem natureza de título executivo, exprimindo obrigação líquida e certa" (AgRg no REsp nº 1.038.215/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 4ª Turma, DJe 19/11/2010).

Ressalte-se que essa orientação foi ratificada pela colenda Segunda Seção desta Corte no julgamento do Recurso Especial nº 1.291.575/PR com base no procedimento dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C, § 7º). Eis a ementa do julgado, in verbis:

"DIREITO BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO VINCULADA A CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. EXEQUIBILIDADE. LEI N. 10.931/2004. POSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO ACERCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS RELATIVOS AOS DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA. INCISOS I E II DO § 2º DO ART. 28 DA LEI REGENTE. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial. O título de crédito deve vir acompanhado de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados pelo cliente, trazendo o diploma legal, de maneira taxativa, a relação de exigências que o credor deverá cumprir, de modo a conferir liquidez e exequibilidade à Cédula (art. 28, § 2º, incisos I e II, da Lei n. 10.931/2004). 3. No caso concreto, recurso especial não provido."

(REsp 1.291.575/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 02/09/2013)

In casu, observo que o voto condutor do aresto recorrido, bem como dos embargos, em suas razões de decidir, aduziram que foram preenchidos os requisitos exigidos para conferir liquidez, certeza e exigibilidade da cédula de crédito".

Superior Tribunal de Justiça

Nessas condições, ausente os alegados vícios na decisão embargada, verifica-se o nítido o propósito da parte embargante em rediscutir tema que foi devidamente apreciado, o que é defeso por meio da via processual escolhida.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator